

Desempenho Operacional: As atividades operacionais da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") têm por objetivo o financiamento das operações de crédito pessoal e CDC, além de contrato de parceria para financiamento dos usuários do cartão de crédito Loja Quero-Quero/Verdecard, administrado e emitido pela bandeira Verdecard, cartões de crédito private label para supermercados, emitidos e administrados pela bandeira Sigacred, cartão de crédito Breithaupt, emitido e administrado pela Companhia, através da aplicação de recursos próprios e coletados de terceiros e partes relacionadas. Em 24 de outubro de 2017, foi prorrogado o contrato de parceria entre a Financeira e as Lojas Quero-Quero e Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de Não Exclusividade, vigência até 5 de outubro de 2020 e possibilidades de renovação ao final deste. Além de uma operação estruturada para o FIDC Verdecard (Lojas Quero-Quero/Verdecard). Depois de concluir a estruturação de suas operações em 2011, a Financeira passou a operar a partir de março de 2012 no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras fora do Grupo Quero-Quero. **II. Títulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no art. 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, a Via Certa Financiadora S.A. possui títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos "para negociação" em 30 de junho de 2018. Adicionalmente, a Financeira não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do semestre. **III. Gestão de risco operacional:** Em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil, a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. **IV. Risco de mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução nº 3.464/07 do CMN, a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **V. Risco socioambiental:** Em atendimento à Resolução nº 4.327/14 do CMN, a Financeira implementou a Política de Risco Socioambiental (RSAs) em 1º de junho de 2014. **VI. Gerenciamento de capital:** A estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN nº 3.989/2011 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. **VII. Outros:** Esse componente organizacional está implementado desde 30 de setembro de 2007 e estamos buscando contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução nº 3.849/10 do Bacen. Atualmente, mantemos registradas todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação do 0800 da Ouvidoria. Também deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as comunicações sobre as estruturas da Ouvidoria e as atribuições do Diretor de Ouvidoria

Balancos Patrimoniais em 30/06/2018 e 2017 (Em milhares de reais)				Demonstrações de Fluxos de Caixa semestre findos em 30/06/2018 e 2017 (Em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para semestre findos em 30/06/2018 e 2017 (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2018	2017	Reserva de lucros	2018	2017		
Circulante		218.504	179.396	Circulante		71.678	63.846	Lucro líquido após o I.R. e contrib. social	2.458	3.831	Capit. Soc.	33.288	1.677		
Disponibilidades	4	527	462	Depósitos a prazo	7	1.102	-	Ajustes por:	-	-	Legal	-	-		
Títulos e valores mobil.		35.595	38.319	Recursos de depósitos a prazo		57.439	55.746	Constituição provisão p/operação crédito liq. duvidosa	27.584	15.277	Estatutária	-	-		
Carteira própria	4	35.595	38.319	Recursos de depósitos a prazo		57.439	55.746	Provisão para passivos contingentes	97	-	Lucr. acum.	-	3.831		
Operações de crédito		172.197	132.719	Outras obrigações	8	13.137	8.100	Depreciações e amortizações	385	155	Total	-	3.831		
Setor privado	5a	184.205	141.318	Outras obrigações		13.137	8.100	Despesas imposto de renda e contribuição social	1.964	3.074		-	-		
Provis. p/ oper. de crédito de liq. duvidosa	5b	(12.008)	(8.599)	Depósitos a prazo	7	3.951	56	Variações nos ativos e passivos	30.030	18.506	Saldos em 1º de janeiro de 2017	33.288	1.677		
Outros créditos		10.185	7.896	Rec. ac. cambiais e emissão de tit.		135.400	94.727	(Aumento) em operações de crédito	(37.538)	(24.532)	Mutações do semestre	1.888	1.888		
Outros créditos diversos	6	10.185	7.896	Recursos de depósitos a prazo		135.400	94.727	(Aumento)/redução em outros créditos	619	(386)	Saldos em 1º de janeiro de 2018	33.288	2.078		
Realizável a longo prazo		23.695	15.442	Outras obrigações	9	243	-	Aumento em depósitos a prazo	3.904	56	Mutações do semestre	2.013	2.013		
Operações de crédito		23.476	14.884	Outras obrigações - diversas		243	-	Aum. recursos de depósitos a prazo	23.439	15.318	Mutações do semestre	2.458	2.458		
Setor privado	5a	54.077	34.903	Outras obrigações - diversas		243	-	Aumento/(redução) em outras obrigações	2.678	(2.755)		-	-		
Provis. p/ oper. de crédito de liq. duvidosa	5b	(30.601)	(20.019)	Depósitos a prazo	7	3.951	56	Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.898)	(12.299)		-	-		
Outros créditos		219	558	Rec. ac. cambiais e emissão de tit.		135.400	94.727	Caixa liq. proveniente das atividades operacionais	(3.976)	(2.855)		-	-		
Outros créditos diversos	6	219	558	Recursos de depósitos a prazo		135.400	94.727	Fluxo de caixa das atividades de investimento	21.614	7.183		-	-		
Permanente		5.778	836	Outras obrigações	9	243	-	Aquisição de imobilizado	(161)	(74)		-	-		
Imobilizado de uso		5.778	836	Outras obrigações - diversas		243	-	Caixa liq. utilizado nas atividades de investimento	(161)	(74)		-	-		
Imobilizado de uso		7.089	1.511	Patrimônio líquido	10	36.705	37.045	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(3.132)	(1.751)		-	-		
Depreciações acumuladas	(1.311)	(675)	-	Capital		33.288	33.288	Dividendos pagos	36.122	38.781		-	-		
Intangível		1.170	1.170	De domiciliados no país		3.417	3.757	Caixa líquido utilizado nas ativ. de financiamentos	(3.132)	(1.751)		-	-		
Intangível		1.170	1.170	Reservas de lucros		3.417	3.757	Variação líquida de caixa e equivalente de caixa	18.321	5.358		-	-		
Amortizações acumuladas	(1.170)	(1.170)	-	Total do ativo		247.977	195.674	Caixa e equivalentes de caixa	17.801	33.423		-	-		
Total do ativo		247.977	195.674	Total do passivo e patrim. líquido		247.977	195.674	No fim do período	36.122	38.781		-	-		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1) Contexto operacional: A Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 20 de agosto de 2001, com a denominação social de Quero-Quero Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e partes relacionadas. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, recebeu autorização para funcionamento através do despacho de 5 de julho de 2002 do Banco Central do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, retificado no dia 15 de julho de 2002, tendo iniciado as atividades operacionais em novembro de 2002. As atividades operacionais da Financeira tem por objetivo principal o financiamento das operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e oferta de crédito rotativo aos clientes portadores do cartão de crédito da Via Certa Financiadora S.A. - CFI, através da aplicação de recursos próprios e captados de terceiros. Visando a ampliar seu mercado de atuação anteriormente restrito ao Grupo Quero-Quero, com o qual possui contrato de parceria com vigência até 5 de outubro de 2020 com as Lojas Quero-Quero S.A. e a Verde - Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de não exclusividade, a Financeira concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e contratou consultorias especializadas em mitigação de riscos, tecnologia da informação e contabilidade e passou a operar no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras, as quais representam, aproximadamente, 62,3% (42,5% em 2017) das operações de crédito da Financeira em 30 de junho de 2018. **2) Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos trimestralmente. Em 30 de agosto de 2018, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data. **3) Descrição das principais práticas contábeis:** a. **Moeda funcional:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. **Disponibilidades:** Disponibilidades são representadas por contas-correntes. c. **Auração de resultados:** As receitas e as despesas são escrituradas pelo regime de competência. d. **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilidade: (i) Títulos para negociação - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. (ii) Títulos disponíveis para a venda - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. (iii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. e. **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. f. **Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos. g. **Permanente:** O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo. As depreciações são classificadas pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e aeronave e 20% para sistema e equipamentos de processamento de dados e veículos. O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, pelo prazo de cinco anos até sua total amortização. Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação destes. h. **Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. i. **Tributos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Operações de crédito em 2018	Provisão 2018	Operações de crédito em 2017	Provisão 2017
Emprest. e Nivel antecipação de receb.	Financia. CDC	Outros créditos c/característica concess. crédito	Mínima (Res.nº2.682/99) Total % em R\$
A	103.320	40.077	1.707 145.104 0,5%
B	11.379	3.307	1.539 16.225 1,0%
C	8.891	1.549	1.425 11.865 3,0%
D	9.642	1.269	771 11.682 10%
E	8.153	1.079	431 9.663 30%
F	6.888	1.113	509 8.510 50%
G	5.782	1.030	487 7.299 70%
H	20.162	5.169	2.603 27.934 100%
Total	174.217	54.593	9.472 238.282 42.609

Alíquotas vigentes: Imposto de renda (15% + adicional de 10%) 25%; Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL 20%; PIS/PASEP 0,65%; Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS 4%; Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN 3% e 5%; Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporária indutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. Conforme Lei nº 13.169, em 6 de outubro de 2015, a alíquota aplicável para a contribuição social sobre o lucro líquido, até 31 de dezembro de 2018, é de 20%; após 1º de janeiro de 2019 a alíquota passará a ser 15%. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnico e as análises realizadas pela Administração. **j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **Ativos contingentes:** São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **Passivos contingentes:** São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente, de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações civis. A avaliação da probabilidade de perda das contingências civis é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais. São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o "valor do risco de perda" possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. **k. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações das demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

Operações de crédito em 2018	Provisão 2018	Operações de crédito em 2017	Provisão 2017
Emprest. e Nivel antecipação de receb.	Financia. CDC	Outros créditos c/característica concess. crédito	Mínima (Res.nº2.682/99) Total % em R\$
A	59.756	53.992	905 114.653 0,5%
B	5.993	3.339	629 9.561 1,0%
C	6.165	1.484	513 8.162 3,0%
D	6.733	987	384 8.104 10%
E	5.819	774	338 6.931 30%
F	4.286	740	312 5.338 50%
G	3.401	708	313 4.422 70%
H	13.501	3.453	2.096 19.050 100%
Total	105.254	65.477	5.490 176.221 28.618

Durante o semestre, os créditos renegociados totalizaram R\$ 18.675 (R\$ 11.681 em 2017), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 17.008 (R\$ 15.515 em 2017) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo (incluindo IOF sobre a operação) foram de R\$ 2.638 (R\$ 2.227 em 2017). **d. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:**

	2018	2017
Saldo inicial	32.033	28.856
Constituição/reversão de provisão para créditos liquidação duvidosa	27.584	15.277
Creditos baixados contra prejuízo (a)	(17.008)	(15.515)
Saldo final	42.609	28.618

(a) Os créditos baixados contra prejuízos obedecem às práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3.e.

6) Outros créditos - diversos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	54	16
Adiantamento por conta de imobilizado	-	479
Valores a rec. de sociedades ligadas (nota 16a)	188	455
Creditos tributários de impostos e contrib. (a)	9.320	7.076
Devedores diversos - País (b)	841	427
Despesas antecipadas com seguros	1	1
Total	10.404	8.454

Circulante 10.185 7.896
Realizável a longo prazo 219 558
Total 10.404 8.454

(a) Referem-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, registrados para refletir os efeitos futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. De acordo com a legislação vigente, foram atendidas todas as premissas necessárias para constituição e a manutenção dos créditos tributários. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 11.b. (b) O valor de devedores diversos país refere-se a créditos a receber em D+2 das parcerias conveniadas e Seguro de Proteção Financeira a receber da Icatu Seguros S.A.

7) Depósitos a prazo: Os depósitos a prazo referem-se a RDBs (Recibos de Depósitos Bancários) que foram captadas a taxas que variam de 105% a 126% do Depósito Interfinanceiro (DI), sem restrição de resgate, e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos: A Financeira iniciou a

Operações de crédito em 2018	Provisão 2018	Operações de crédito em 2017	Provisão 2017
Emprest. e Nivel antecipação de receb.	Financia. CDC	Outros créditos c/característica concess. crédito	Mínima (Res.nº2.682/99) Total % em R\$
A	59.756	53.992	905 114.653 0,5%
B	5.993	3.339	629 9.561 1,0%
C	6.165	1.484	513 8.162 3,0%
D	6.733	987	384 8.104 10%
E	5.819	774	338 6.931 30%
F	4.286	740	312 5.338 50%
G	3.401	708	313 4.422 70%
H	13.501	3.453	2.096 19.050 100%
Total	105.254	65.477	5.490 176.221 28.618

8) Depósitos a prazo: Os depósitos a prazo referem-se a RDBs (Recibos de Depósitos Bancários) que foram captadas a taxas que variam de 105% a 126% do Depósito Interfinanceiro (DI), sem restrição de resgate, e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos: A Financeira iniciou a

Operações de crédito em 2018	Provisão 2018	Operações de crédito em 2017	Provisão 2017
Emprest. e Nivel antecipação de receb.	Financia. CDC	Outros créditos c/característica concess. crédito	Mínima (Res.nº2.682/99) Total % em R\$
A	59.756	53.992	905 114.653 0,5%
B	5.993	3.339	629 9.561 1,0%
C	6.165	1.484	513 8.162 3,0%
D	6.733	987	384 8.104 10%
E	5.819	774	338 6.931 30%
F	4.286	740	312 5.338 50%
G	3.401	708	313 4.422 70%
H	13.501	3.453	2.096 19.050 100%
Total	105.254	65.477	5.490 176.221 28.618

9) Depósitos a prazo: Os depósitos a prazo referem-se a RDBs (Recibos de Depósitos Bancários) que foram captadas a taxas que variam de 105% a 126% do Depósito Interfinanceiro (DI), sem restrição de resgate, e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos: A Financeira iniciou a

Operações de crédito em 2018	Provisão 2018	Operações de crédito em 2017	Provisão 2017
Emprest. e Nivel antecipação de receb.	Financia. CDC	Outros créditos c/característica concess. crédito	Mínima (Res.nº2.682/99) Total % em R\$
A	59.756	53.992	905 114.653 0,5%
B	5.993	3.339	629 9.561 1,0%
C	6.165	1.484	513 8.162 3,0%

12) Receita de operações de crédito:	2018	2017
Receita com juros contratuais	131.373	60.841
Receita com mora e multa	11.979	9.337
Desc. de juros contratuais, juro de mora e multa	(61.358)	(11.811)
Receita com recuperação de crédito (a)	2.599	3.196
Total	84.593	61.563

(a) Valor está apresentado líquido de IOF retido sobre a recuperação.

13) Receita de prestação de serviços: Refere-se, basicamente, a comissões de intermediação de operações de seguro prestamista e tarifas de operações do cartão de crédito, conforme composição abaixo:

	2018	2017
Receita com comissões sobre vendas de seguros	2.258	1.285
Tarifas de antecip. de recebíveis e de cobrança	196	202
Receita de serviços prioritários (a)	4.952	2.470
Total	7.406	3.957

(a) Refere-se à tarifa sobre serviços de confecção de cadastro e tarifas aplicáveis aos cartões.

14) Outras despesas administrativas:	2018	2017
Despesas de serviços de terceiros (a)	38.755	25.124
Despesas com serviços técnicos especializados	2.136	1.572
Despesas com processamento de dados	1.893	1.470
Despesas com viagens	262	339
Despesas com propaganda e publicidade	980	557
Despesas de comunicações	250	276
Outras despesas	1.582	1.183
Total	45.858	30.451

(a) Em 30 de junho de 2018, do montante de R\$ 38.755 (R\$ 25.124 em 2017) da conta de despesas de serviço de terceiros, R\$ 31.225 (R\$ 20.743 em 2017) referem-se a custos de transações realizadas com partes relacionadas, regida por contrato entre as partes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16.c.

15) Despesas tributárias:	Alíquota	2018	2017
Programa de integração social (PIS)	0,65%	543	359
Contrib. p/o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	3.342	2.088
Imposto sobre serviços (ISS)	5,00%	294	79
Imposto s/ propriedade de veículos automotores (IPVA)	-	2	4
Total		4.181	2.650

16) Transações com partes relacionadas: Em 30 de junho de 2018 e 2017, os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volume de operações ou de prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas, considerando o volume das operações e os prazos de pagamentos, são os seguintes:

	2018	2017					
	Lojas Quero S/A	Verde Cartões S/A	Adm. Caxilhas S/A	Agrop. Sentinela S/A	Via Certa Participações S/A	Pessoas Físicas	Total
Ativo							
Valores a receb. (a)	133	55	-	-	-	-	188
(Passivo)							
Rec. aceites camb. (b)	-	-	(4.458)	(588)	(155.805)	(160.851)	(160.851)
Desp. adm. pagar (c)	(771)	(192)	-	-	-	-	(963)
Resultado							
Rec. aceites camb. (b)	-	-	-	(83)	(94)	(5.053)	(5.230)
Rec. de seg. prot. financ.	474	-	-	-	-	-	474
Comissão Serv. Fin.-FIDC	-	95	-	-	-	-	95
Despesas admin. (c)	(13.231)	(1.660)	-	-	-	-	(14.891)
	Luar Partic. Invest. e Serv S/A	Hammer-schmitt & Cia. Ltda	Scholze Participações S/A	Scholze Incorp. Empr. S/A	Hammer Partic. S/A	Total	
(Passivo)							
Rec. de aceites camb.(b)	(3.228)	(16)	(1.512)	(6.621)	(5.613)	(16.990)	
Resultado							
Rec. de aceites camb.(b)	(115)	(1)	(59)	(288)	(202)	(665)	
Despesas administ. a pagar (c)	-	-	-	-	-	-	(4.001)
Resultado							
Rec. de aceites camb.(b)	-	-	-	-	-	-	(157)
Despesas administ. (c)	-	-	-	-	-	-	(16.334)

	2018	2017					
	Lojas Quero S/A	Verde Cartões S/A	Adm. Caxilhas S/A	Agrop. Sentinela S/A	Via Certa Participações S/A	Pessoas Físicas	Total
Ativo							
Valores a receb. (a)	46	409	-	-	-	-	455
(Passivo)							
Rec. aceites camb. (b)	-	-	-	(675)	(668)	(121.060)	(122.403)
Desp. adm. pagar (c)	(1.307)	(326)	-	-	-	-	(1.633)
Resultado							
Rec. aceites camb. (b)	-	-	-	(290)	(230)	(6.947)	(7.467)
Rec. de seg. prot. financ.	210	-	-	-	-	-	210
Despesas admin. (c)	(14.826)	(2.052)	-	-	-	-	(16.878)
	Luar Partic. Invest. e Serv S/A	Hammer-schmitt & Cia. Ltda	Scholze Participações S/A	Scholze Incorp. Empr. S/A	Hammer Partic. S/A	Fácil Prom. de Vendas e Serv. S.A.	Total
(Passivo)							
Rec. de aceites camb.(b)	(3.018)	(6.258)	(84)	(8.920)	(11)	(11)	(18.291)
Resultado							
Rec. de aceites camb.(b)	(195)	(377)	(11)	(536)	(1)	(1)	(1.120)
(Passivo)							
Rec. de aceites camb.(b)	-	-	-	-	-	-	(769)
Despesas administ. a pagar (c)	-	-	-	-	-	-	(185)
Resultado							
Rec. de aceites camb.(b)	-	-	-	-	-	-	(23)
Despesas administ. (c)	-	-	-	-	-	-	(3.865)

(a) Valores a receber referentes a liquidações de operações de crédito do último dia do semestre a ser passadas em D+1 e Seguros de Proteção Financeira. (b) Captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxas que variam de 105% a 115% do CDI em 2018 e 2017. (c) Despesas administrativas a pagar referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A. oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 5 de outubro de 2020, em que a utilização de base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira.

Remuneração dos administradores: No semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

	2018	2017
Remuneração	351	348
Encargos sociais	79	81
Total	430	429

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos para: (i) diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau; (ii) pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo CMN, em caráter geral; (iii) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento); (iv) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento) quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau.

17) Provisões para passivos contingentes: O valor das contingências contra a Financeira classificadas como provável perda foram provisionadas pelo montante de R\$ 97 e as contingências classificadas como possíveis não provisionadas totalizaram, o montante de R\$ 2.112, em 30 de junho de 2018, (R\$ 1.209 em 2017), referente a processos cíveis e trabalhistas.

	2018	2017
Movimentação		
Saldo inicial provisão para passivos contingentes	-	-
- Provisão para passivos contingentes constituído no semestre	97	-
Saldo final provisão para passivos contingentes	97	-

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Santo Cristo - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administra-

ção e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinar com necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

18) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, abaixo definidos: **a. Gestão de risco operacional:** em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil, a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos seus riscos. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos, identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. **b. Risco de mercado:** em consonância com o que prevê a Resolução nº 3.464/07 do CMN, a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **c. Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados. A Financeira entende que o risco de crédito em sua carteira se encontra mantido em níveis aceitáveis de exposição e possui condições de gerenciamento que mitigue exposições, atendendo, assim, a Resolução CMN nº 3.721/2009. **d. Gerenciamento de capital:** a estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN nº 3.988/2011 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. **e. Risco de liquidez:** relacionado ao desassombro de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Financeira em obter recursos para honrar seus compromissos. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração, e não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem hedge de suas posições ativas e passivas. A Administração considera como aceitável sua exposição aos riscos descritos acima em 30 de junho de 2018 e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos, tampouco efetuou cessões de crédito no período divulgado.

19) Limite operacional (Acordo de Basileia): Em 30 de junho de 2018, a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 16,74%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen, conforme Resolução nº 2.697/99. **a. Cálculo do Índice de Basileia**

Demnstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia

	2018	2017
Patrimônio líquido	36.705	37.045
B - Patrimônio de referência para fins de limites operacionais	36.705	37.045
Alocação de capital:	18.039	14.163
1 - Risco de crédito (RWACPAD)	-	-
2 - Risco de mercado (RWAMPAD)	876	13.690
3 - Risco operacional (RWAOPAD)	18.915	27.853
C - Patrimônio de referência exigido (1+2+3)	18.915	27.853
D - Alocação de capit. p/ cobertura de risco das operaç. sujeitas a variação de taxas de juros não classific. na carteira de negociação	1.277	843
E - Valor da margem ("B"- "C"- "D")	16.513	8.349
F - Adicional de Capital Principal	4.112	3.764
G - Margem sobre o Adicional de Capital ("E"-F)	12.401	4.584
H - Patrimônio de Referência Requerido para RWA e para RBAN	20.192	28.696
I - Total das exposições ponderadas pelo risco: ("C"/Fator F)	219.302	28.696
J - Capacidade de alavancagem: ("E"/Fator F)	191.460	90.253
K - Índice de Basileia: ("B"/("C"/Fator F))	16,74%	12,30%
L - Índice de Basileia amplo: ("B"/("C"/Fator F)+ "D"))	16,64%	11,94%

b. Limites Operacionais: O Banco Central estabeleceu, conforme Circular nº 3.688/2013, os procedimentos para apuração dos limites e dos padrões mínimos regulamentares. Em 30 de junho de 2018, as posições da Instituição e as exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

Limites regulamentados	Exigência (Exigência/Limite)	Situação	Margem
30/06/2018			
Compatibilização do PR com PRE	18.915	36.705	194,06%
Imobilização	18.352	5.778	31,49%
30/06/2017			
Compatibilização do PR com PRE	27.853	37.045	133,00%
Imobilização	18.522	836	4,51%

Wilmar Hammerschmitt - Presidente; **Moacir Carlos Engelmann** - Diretor de Operações; **Fábio Von Groll** - Diretor Adm. e Financeiro; **Ademir Rogério Diel** - Diretor de Negócios; **Adelar José Diel** - Contador CRC/RS 062617.